

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. - EM  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2020

# CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2020

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Chipley SP Participações S.A. - em recuperação judicial  
São Paulo - SP

### Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Chipley SP Participações S.A. - em recuperação judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Chipley SP Participações S.A. - em recuperação judicial, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Aprovação das demonstrações contábeis e destinações dos resultados de exercícios anteriores

As demonstrações contábeis da Chipley SP Participações S.A. - em recuperação judicial referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, bem como as destinações do resultado daqueles exercícios, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e comparativa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações contábeis bem como as destinações do resultado daquele exercício foram aprovadas pelos acionistas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Ênfases

### Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, a controladora Renova Energia S.A. - Em recuperação judicial e determinadas controladas, incluindo a Chipley SP Participações S.A. - Em recuperação judicial, protocolaram em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, os planos de recuperação judicial tiveram os seus planos aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### Valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentado para fins de comparação, foram examinadas, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria com modificação de opinião em 06 de novembro de 2020, quanto a ausência de aprovação das demonstrações contábeis e destinações dos resultados de exercícios anteriores e quanto ao contas a receber com partes relacionadas por conta das incertezas relacionadas a ausência de aprovação e homologação do plano de recuperação judicial. Com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, nosso entendimento foi que estas incertezas foram superadas para esse exercício.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		38	2	Tributos a recolher	6	1.079	4.898
Tributos a recuperar		184	110	Dividendos a pagar	7.2	12.360	8.031
Total do ativo circulante		<u>222</u>	<u>112</u>	Total do passivo circulante		<u>13.439</u>	<u>12.929</u>
Ativos classificados como mantidos para venda	12	515.500	-	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Total do ativo circulante		<u>515.722</u>	<u>112</u>	Partes relacionadas	5	-	111
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Tributos a recolher	6	6.362	2.378
Investimentos	3	-	552.525	Total do passivo não circulante		<u>6.362</u>	<u>2.489</u>
Debêntures privadas	4	51.137	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Partes relacionadas	5	413.191	335.873	Capital social	7	744.871	744.871
Total do ativo não circulante		<u>464.328</u>	<u>888.398</u>	Reserva de lucros		13.010	8.454
<b>TOTAL DO ATIVO</b>				Reserva especial para dividendos		234.838	152.594
		<u>980.050</u>	<u>888.510</u>	Ajuste de avaliação patrimonial		(32.470)	(32.827)
				Total do patrimônio líquido		<u>960.249</u>	<u>873.092</u>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>980.050</u>	<u>888.510</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
DESPESAS			
Gerais e administrativas	8	(1)	96
Resultado de equivalência patrimonial	3.1	95.288	58.794
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		95.287	58.890
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		(4.446)	18.759
Despesas financeiras		329	(1.296)
Total	9	(4.117)	17.463
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		91.170	76.353
Imposto de renda e contribuição social	10	(41)	(4.516)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		91.129	71.837
Lucro por ação básico e diluído (expressos em reais - R\$)	7.3	0,12	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício		91.129	71.837
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado			
Reflexo da perda de valor justo de instrumento de hedge de controlada em conjunto	7.3	357	(16.414)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		<u>91.486</u>	<u>55.423</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros - Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7	744.871	4.862	87.761	-	(16.413)	821.081
Lucro líquido do exercício		-	-	-	71.837	-	71.837
Constituição de reserva legal		-	3.592	-	(3.592)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(3.412)	-	(3.412)
Dividendos adicionais propostos		-	-	64.833	(64.833)	-	-
Reflexo da perda de valor justo de instrumento de hedge de fluxo de caixa de controlada em conjunto	7.3	-	-	-	-	(16.414)	(16.414)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	7	744.871	8.454	152.594	-	(32.827)	873.092
Lucro líquido do exercício		-	-	-	91.129	-	91.129
Constituição de reserva legal	7.2	-	4.556	-	(4.556)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	7.2	-	-	-	(4.329)	-	(4.329)
Dividendos adicionais propostos		-	-	82.244	(82.244)	-	-
Reflexo da perda de valor justo de instrumento de hedge de fluxo de caixa de controlada em conjunto	7.3	-	-	-	-	357	357
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	7	744.871	13.010	234.838	-	(32.470)	960.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		91.129	71.837
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Juros sobre mútuo	5, 9	4.839	(19.372)
Juros sobre aplicações financeiras	9	(267)	(66)
Juros sobre debentures privadas		(137)	-
Resultado de equivalência patrimonial	3.1	(95.288)	(58.794)
 (Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		(74)	(103)
 Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		-	(106)
Tributos a recolher		400	7.161
 Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(235)	(413)
Dividendos recebidos	3.2	132.670	86.369
 Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>133.037</u>	<u>86.513</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicações financeiras		267	66
Partes relacionadas		(82.152)	(86.694)
Debêntures privadas		(51.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(132.885)</u>	<u>(86.628)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Partes relacionadas		(116)	111
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pela atividade de financiamento		<u>(116)</u>	<u>111</u>
 <b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>36</u>	<u>(4)</u>
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2	6
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		38	2
 <b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>36</u>	<u>(4)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Chipley SP Participações S.A. - Em recuperação judicial ("Chipley" ou "Companhia"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Junior, 850, Jardim das Acácias, foi constituída em 4 de fevereiro de 2013, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.

Conforme nota explicativa 5, a Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. - em recuperação judicial ("Renova Energia"), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui participação societária de 51% na Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH") e possui o controle compartilhado, conforme Acordo de Acionistas. A Brasil PCH é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"). A mesma detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291,5 MW\* e energia assegurada de 194 MW\* médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica:

PCH	Compradora	Valores				Prazo			
		Valor original do Contrato (milhões de reais)	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh	Preço atualizado MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	ELETROBRAS	281.272	115.893	121,35	305,29	jul/08	jul/28	IGP-M	junho
Carangola	ELETROBRAS	202.548	83.456	121,35	305,29	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Calheiros	ELETROBRAS	228.228	94.037	121,35	305,29	set/08	set/28	IGP-M	junho
Caparaó	ELETROBRAS	54.054	22.272	121,35	305,29	jul/08	jul/28	IGP-M	junho
Funil	ELETROBRAS	302.441	124.615	121,35	305,29	mai/08	mai/28	IGP-M	junho
Irara	ELETROBRAS	379.529	156.378	121,35	305,29	jul/08	jul/28	IGP-M	junho
Jataí	ELETROBRAS	423.293	174.410	121,35	305,29	jun/08	jun/28	IGP-M	junho
Monte Serrat	ELETROBRAS	379.134	156.215	121,35	305,29	jun/09	jun/29	IGP-M	junho
Retiro Velho	ELETROBRAS	275.484	113.508	121,35	305,29	jun/09	jun/29	IGP-M	junho
Santa Fé	ELETROBRAS	546.810	225.303	121,35	305,29	jul/08	jun/28	IGP-M	junho
São Joaquim	ELETROBRAS	280.619	115.624	121,35	305,29	mai/08	mai/28	IGP-M	junho
São Pedro	ELETROBRAS	387.888	159.822	121,35	305,29	jun/09	jun/29	IGP-M	junho
São Simão	ELETROBRAS	319.677	131.717	121,35	305,29	jun/09	jun/29	IGP-M	junho

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

## 1.1 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a controladora Renova Energia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, incluindo a Companhia, com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

Em 18 de dezembro de 2020 o Grupo Renova protocolou novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleia Geral de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Para a recuperação da saúde financeira do Grupo Renova, os planos preveem:

- a) a captação do empréstimo ponte na modalidade Debtor in Possession (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A. Ação iniciada em 17 de dezembro de 2020 com a formalização da contratação do DIP pela Companhia e coobrigações da controladora Renova Energia e da parte relacionada Renova Participações S.A. - em recuperação judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, cujo recurso foi recebido em 05 de março de 2021 (nota 13.1);
- b) alienação de ativos para adequar a estrutura do Grupo Renova. Os planos preveem a alienação de a) 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela Companhia (“UPI Brasil PCH”), b) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada SF 120 Participações Societárias (“UPI Mina de Ouro”), c) 100% ações representativas do capital social da parte relacionada Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“UPI Enerbras”), d) UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B (nota 13.2) e e) outros projetos em desenvolvimento;
- c) negociação dos passivos do Grupo Renova para alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos; e
- d) conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A, gerando empregos, energia e assegurando a continuidade do Grupo Renova.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

## 1.2 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

No início da pandemia houve impacto negativo em diversos setores da economia global, e consequentemente, a demanda por energia. Porém no último trimestre de 2020 houve uma retomada da economia e do consumo da energia. Em dezembro 2020, o Brasil registrou um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2019. Considerando ainda que a Brasil PCH, possui contratos PROINFA (no ambiente regulado), não houve nenhum impacto nas suas operações e nem no seu contrato com a Eletrobrás.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia e suas controladas.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

### 2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foi aprovada pela diretoria, em 11 de junho de 2021, para que seja submetida à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral.

### 2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

### 2.3.1 Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota explicativa 11)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

#### a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa; e
- Transações com partes relacionadas (nota explicativa 5).

#### b) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

#### c) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O principal passivo financeiro da Companhia compreende o saldo com fornecedores

#### d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

### 2.3.2 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### 2.3.3 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

### 2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

#### 2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## 2.5. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), que entraram em vigor para períodos contábeis findos em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

### a) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2020:

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, estão listadas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Classificação do Passivo em Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1).

## 3. INVESTIMENTOS

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com o CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

A controlada, Brasil PCH, detém, em sua totalidade, 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não examinadas pelos auditores independentes).

O valor de aquisição pago foi alocado aos ativos e passivos da Brasil PCH a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais estão sendo amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações das PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago, R\$754.907 em 2014, foi alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio.

De acordo com o requerido no CPC 45, apresentamos as informações financeiras da Brasil PCH (controlada em conjunto):



**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

ATIVOS	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020	31/12/2019
<b>CIRCULANTES</b>			<b>CIRCULANTES</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	44.991	8	Debêntures	109.853	122.117
Aplicações financeiras	23.462	155.550	Outros passivos circulantes	75.576	80.279
Outros ativos circulantes	70.769	56.366	Total dos passivos circulantes	185.429	202.396
Total dos ativos circulantes	139.222	211.924			
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			<b>NÃO CIRCULANTES</b>		
Imobilizado	1.015.800	1.035.306	Debêntures	695.531	766.192
Outros ativos não circulantes	16.086	21.125	Outros passivos não circulantes	122.150	130.352
Total dos ativos não circulantes	1.031.886	1.056.431	Total dos passivos não circulantes	817.681	896.544
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	167.998	169.415
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.171.108</b>	<b>1.268.355</b>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.171.108</b>	<b>1.268.355</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	508.159	426.940
Custo com depreciação e amortização	(36.448)	(35.752)
Outros custos	(64.150)	(64.780)
Despesas gerais e administrativas	(15.185)	(15.479)
Perda com contrato oneroso	(9.396)	4.425
Resultado financeiro	(107.840)	(100.822)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(17.120)	(14.235)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>258.020</b>	<b>200.297</b>

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi impactado substancialmente pelo: (i) aumento da receita líquida em consequência, principalmente, do efeito líquido da reversão da provisão de Garantia Física, no valor R\$43.518; e (ii) aumento no total da exposição acumulada no contrato oneroso para o período de junho de 2020 a dezembro de 2021, em função da redução do preço de mercado e pelo decréscimo da Selic média para o período.

**3.1 Movimentação do investimento:**

	Investimento			
	Custo	Mais valia	Ajuste de valor patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	101.319	502.428	(16.413)	587.334
Equivalência patrimonial / amortização da mais valia	95.096	(36.302)	-	58.794
Dividendos propostos	(77.189)	-	-	(77.189)
Ajuste de valor patrimonial (DRA)	-	-	(16.414)	(16.414)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	119.226	466.126	(32.827)	552.525
Equivalência patrimonial / amortização da mais valia	131.591	(36.303)	-	95.288
Dividendos propostos	(132.670)	-	-	(132.670)
Ajuste de valor patrimonial (DRA)	-	-	357	357
Transferência para ativo mantido para venda	(118.147)	(429.823)	32.470	(515.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-

A controlada em conjunto Brasil PCH contratou junto ao Banco Itaú uma operação de Swap para igualar as remunerações ao IPCA das Debêntures - 1ª Série (CDI+2,39%) e 2ª série (IPCA + 8,2647%), qualificado como Hedge de fluxo de caixa. O efeito da marcação a mercado desse instrumento financeiro derivativo resultou em uma perda total de R\$63.667, reconhecidas em outros resultados abrangentes, dos quais a Companhia reconheceu R\$32.470, equivalentes à sua participação de 51%.

### 3.2 Movimentação dos dividendos a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.180
Dividendos propostos	77.189
Dividendos recebidos	<u>(86.369)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Dividendos propostos	132.670
Dividendos recebidos	<u>(132.670)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>-</u></u>

### 4. DEBÊNTURES PRIVADAS

Em 24 março de 2020 a controladora Renova Energia emitiu o Instrumento particular de escritura da 4ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, no valor de R\$51.000, em uma única série, com vencimento em 24 de março de 2025, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado das debentures é R\$ 51.137.

### 5. PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Passivo	Resultado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Mútuo</u>					
Renova Energia	278.554	199.777	-	(2.872)	10.030
Renova Comercializadora	134.637	136.096	(111)	(1.967)	9.342
	<u>413.191</u>	<u>335.873</u>	<u>(111)</u>	<u>(4.839)</u>	<u>19.372</u>

Os principais saldos de ativos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020 referem-se às transações de mútuo da Companhia com sua controladora Renova Energia e com a parte relacionada Renova Comercializadora S.A. - em recuperação judicial, sujeitas a correção pela TR (TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a., até março de 2020) com prazo indeterminado de vencimento.

Todos os custos e despesas relacionados a remuneração do pessoal chave da Administração da Companhia são pagos pela controladora Renova Energia.

5.1 Movimentação

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>229.807</u>	<u>-</u>
Adição	88.699	111
Amortização	(2.005)	-
Encargos financeiros provisionados	19.372	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>335.873</u>	<u>111</u>
Adição	100.145	165
Amortização	(17.993)	(281)
Encargos financeiros provisionados	(4.834)	5
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>413.191</u>	<u>-</u>

6. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRPJ a pagar	-	155
CSLL a pagar	-	421
COFINS a recolher	3	137
PIS a recolher	1	22
Tributos sobre operações de mútuo	-	3.448
Tributos em parcelamento	<u>7.437</u>	<u>3.093</u>
TOTAL	<u>7.441</u>	<u>7.276</u>
Apresentados como:		
Circulante	1.079	4.898
Não circulante	<u>6.362</u>	<u>2.378</u>
TOTAL	<u>7.441</u>	<u>7.276</u>

Refere-se a saldo a pagar de tributos acumulados no exercício de 2020.

Em 2019, a Companhia incluiu os saldos a pagar de IRPJ, CSLL, IOF sobre as operações de mútuo no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.

Em dezembro de 2020, a Companhia parcelou débitos PIS, COFINS e IOF sobre operações de mútuo junto a PGFN por meio da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos.

O montante de débitos parcelados pela Companhia segue apresentado na linha de "Tributos em parcelamento" no quadro acima.

## 7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 7.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$744.871, e está representado por 744.871.373 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

#### Dividendos dados em garantia

Em 23 de julho de 2019, a controladora Renova Energia renegociou a dívida com o Banco Citibank S.A., e apresentou como garantia a cessão fiduciária de 35,28% dos dividendos distribuídos pela Companhia, além da cessão fiduciária de mais 4,72% dos dividendos distribuídos pela Companhia sujeitos a implementação de condição suspensiva. A Companhia também é avalista nessa operação.

Em 12 de fevereiro de 2020, em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento da controladora, o Citibank notificou a Renova Energia de que se reservava no direito de exercer a qualquer momento sua posição de direito frente aos dividendos propostos pela Companhia, sob pena de adoção das medidas judiciais cabíveis.

Em 18 de dezembro de 2020 a Renova Energia e o Banco Citibank S.A. assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB e amortização da dívida com recursos oriundos da venda de ativos.

### 7.2 Destinação do lucro

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o resultado do exercício será destinado da seguinte forma:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e

b) 5% (cinco por cento), diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal, será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório.

Conforme Estatuto Social da Companhia, caso deliberado em Assembleia Geral, os acionistas terão o direito de receber como dividendo adicional em cada exercício, 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da reserva legal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração está propondo ad referendum a Assembleia Geral de Acionistas dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$4.329, conforme apresentado a seguir:

Lucro líquido do exercício	91.129
Reserva legal constituída - 5%	<u>(4.556)</u>
Base de cálculo para dividendos	86.573
Percentual legal dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>5%</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	4.329
Dividendos mínimos obrigatórios por ação	<u><u>0,006</u></u>

Movimentação dos dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.619
Dividendos propostos	<u>3.412</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.031
Dividendos propostos	<u>4.329</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>12.360</u></u>

Reserva especial para dividendos

A Companhia possui o montante de R\$ 234.838, em reserva especial de dividendos, relacionados a lucros remanescentes após as destinações de dividendos obrigatórios, conforme previsto no artigo 202 da Lei no 6404 alterada pelas Leis n°-11.638/07 e n° 11.941/09, em função de não possuir condições financeiras para o seu pagamento. A realização da reserva se dará pelo pagamento de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir, ou será absorvida por prejuízos em exercícios subsequentes.

7.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao efeito reflexo dos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa considerados efetivos da controlada em conjunto Brasil PCH que atrelou seus passivos financeiros de maior expressão a um indexador de preços que remunera os recebíveis ao I-GPM.

7.4 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado. No exercício não houve diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do lucro básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	91.129	71.837
<u>Lucro básico e diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>744.871</u>	<u>744.871</u>
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	<u><u>0,12</u></u>	<u><u>0,10</u></u>

## 8. DESPESAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Reversão de provisão	-	(105)
Impostos e taxas	<u>1</u>	<u>9</u>
Total	<u><u>1</u></u>	<u><u>(96)</u></u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reverteu provisões anteriormente constituídas considerando a não expectativa de desembolso de caixa futuro para liquidar.

## 9. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	267	66
Juros ativos - mútuo (nota 5)	-	14.538
Debêntures (nota 4)	137	-
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira	<u>(16)</u>	<u>(679)</u>
	388	13.925
Receitas financeiras PRJ		
Juros ativos - mútuo (nota 5) <sup>1</sup>	(4.834)	4.834
Total das receitas financeiras	<u>(4.446)</u>	<u>18.759</u>
Despesas financeiras		
Juros <sup>2</sup>	336	(1.294)
Juros - mútuo (nota 5)	(5)	-
IOF	(2)	(1)
Despesas bancárias	<u>-</u>	<u>(1)</u>
Total das despesas financeiras	329	(1.296)
Total do resultado financeiro	<u><u>(4.117)</u></u>	<u><u>17.463</u></u>

Nota 1: considerando a aprovação do plano de recuperação judicial a Companhia ajustou o saldo dos mútuos com partes relacionadas conforme previsto no referido plano.

Nota 2: considerando os parcelamentos mencionados na nota 6, a Companhia reverteu parte dos juros sobre tributos em atraso.

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	91.169	83.407
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(30.997)	(28.358)
<u>Exclusões permanentes</u>		
Resultado da equivalência patrimonial	32.398	22.389
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:		
Provisões temporárias	(1.442)	1.453
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(41)</u>	<u>(4.516)</u>

## 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

## a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	<u>Valor justo</u>		<u>Valor Contábil</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	38	2	38	2
Não Circulante				
Partes relacionadas	413.191	335.873	413.191	335.873
Passivos financeiros				
Não Circulante				
Partes relacionadas	-	111	-	111

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	38	-	2	-
Não circulante				
Debêntures privadas	-	51.137	-	-
Partes relacionadas	-	413.191	-	335.873
Passivos Financeiros				
Não circulante				
Partes relacionadas	-	-	-	111

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

e) Risco da escassez hidrológica

A controlada em conjunto Brasil PCH gera energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita.

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo a da Brasil PCH, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

## 12. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Conforme mencionado na Nota 1.1, os planos de recuperação judicial preveem a alienação da UPI Brasil PCH. Assim, em 31 de dezembro de 2020, os ativos relacionados a essa UPI foram classificados como ativos mantidos para venda.

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>31/12/2020</u>
Brasil PCH S.A.	515.500



### 13. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### 13.1 Recebimento do DIP

Conforme Fato Relevante divulgado pela Controladora Renova Energia, em 05 de março de 2021, a Companhia recebeu o montante de R\$ 362.465 provenientes do empréstimo DIP (Nota 1.1). O recebimento desse recurso permitirá a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

#### 13.2 Leilão UPI Fase B

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a controladora Renova Energia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeita a implementação das condições suspensivas usuais de mercado. A operação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, os ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R\$ 50.730, após ajustes pré-fechamentos que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. As partes continuarão, durante os próximos 150 dias, a perseguir a transferência dos direitos remanescentes que podem incrementar a capacidade instalada dos ativos e consequentemente maximizar o valor da operação.

#### 13.3 Pagamento de credores

Em 14 de abril de 2021, o Grupo Renova realizou pagamentos iniciais aos credores da Classe I, III e IV, de acordo com seus Planos de Recuperação Judicial aprovados no dia 18 de dezembro de 2020, perante o juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, sob o número 1103257- 54.2019.8.26.0100.

#### 13.4 Aumento de capital

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de março de 2021, no valor de R\$334.397, representado por 58.422.742 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 19.502.468 ações ordinárias e 38.920.274 ações preferenciais.

Todos os créditos dos credores que se manifestaram durante a "1ª Janela do Pedido de Conversão" foram capitalizados no aumento de capital, conforme solicitado pelos credores. Em razão da capitalização desses créditos, a dívida concursal do Grupo Renova foi reduzida em 12,6%, dando prosseguimento à consecução dos meios da recuperação judicial do Grupo Renova.

### 13.5 Debêntures privadas

A Companhia subscreveu integralmente debêntures privadas não conversíveis em ações emitidas pela controladora Renova Energia, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., conforme resumo a seguir:

<u>Data</u>	<u>Emissão privada</u>	<u>Valor</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo em 31/03/2021</u>
05/03/2021	5 <sup>a</sup>	348.519	05/03/2026	348.606
08/03/2021	6 <sup>a</sup>	20.210	08/03/2026	20.215
24/03/2021	7 <sup>a</sup>	20.400	24/03/2026	20.401
		<u>440.129</u>		<u>440.402</u>

A Controladora usará esses recursos para reforçar o capital de giro do Grupo Renova e finalizar as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A.

\* \* \*

Marcelo José Milliet  
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos  
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA